

# Superior Tribunal de Justiça

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 535.362 - AL (2019/0286506-5)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**REQUERENTE : CESAR CHAGAS DE ALMEIDA**  
**ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO CAVALCANTI DE ARAUJO - AL011071**  
**EMANNUELLE DA ROCHA SANTOS - AL012687**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS**

## DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração de liminar formulado por CESAR CHAGAS DE ALMEIDA, contra a decisão de e-STJ fls. 38/40, por meio da qual indeferi liminarmente o *habeas corpus* mediante os seguintes termos:

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de CÉSAR CHAGAS DE ALMEIDA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

Colhe-se dos autos que o Juízo de primeira instância, tendo em vista a execução de pena do paciente de 33 anos e 4 meses de reclusão em razão da prática de delitos de latrocínio consumado e tentado, e considerando a proximidade do alcance do requisito objetivo para a progressão de regime, determinou, de ofício, a realização de exame criminológico para aferição do cumprimento do requisito subjetivo (e-STJ fls. 31/34).

Irresignada, a defesa teria impetrado prévio *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, sendo denegada a ordem.

No presente *writ*, os impetrantes sustentam que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal em virtude do excesso de prazo para a realização do exame criminológico.

Aduzem que "*o excessivo lapso de tempo para a conclusão do exame criminológico, sem qualquer concorrência do paciente para tanto, representa o proscrito excesso de execução, rechaçado pelo artigo 185 da LEP, segundo o qual 'haverá excesso ou desvio de execução sempre que algum ato for praticado além dos limites fixados na sentença, em normas legais ou regulamentares'*" (e-STJ fl. 9).

Requerem, ao final, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para que seja restabelecida a liberdade do paciente.

É o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta

# Superior Tribunal de Justiça

ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

É que, não obstante os argumentos apresentados na inicial do *writ*, os impetrantes não juntaram aos autos cópia do acórdão proferido pelo Tribunal de origem que teria denegado a ordem pleiteada no *habeas corpus* originário, peça imprescindível à exata compreensão da controvérsia.

Deve-se asseverar que o rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, competindo à defesa demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de alegado constrangimento ilegal imposto, providência da qual não se desincumbiram os ora impetrantes.

Nesse sentido, o seguinte julgado:

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. FALTA DE CÓPIA DO INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO IMPUGNADO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. INEVIDÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Por ter sido interposto dentro do quinquídio legal, é possível receber pedido de reconsideração como agravo regimental, em atenção ao princípio da fungibilidade, da instrumentalidade das formas, da ampla defesa e da efetividade do processo.
2. O *habeas corpus* exige prova pré-constituída das alegações e tal ônus é do impetrante.
3. Hipótese em que a defesa do paciente não se desincumbiu do seu dever de possibilitar o adequado enfrentamento da matéria, por não haver trazido aos autos cópia do inteiro teor do acórdão proferido pelo Tribunal estadual enfrentando a temática suscitada no *writ*, nem mesmo após apresentar pedido de reconsideração.
4. Das peças juntadas com a impetração, não se extrai a existência de manifesto constrangimento ilegal, baseada que está a prisão preventiva do paciente, aparentemente, na reiteração delitiva recente.
5. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental e improvido.

(RCD no HC 480.522/PE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019, grifei)

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o *habeas corpus***.

Neste pedido, o requerente faz juntada de cópia do acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* e requer o deferimento da medida de urgência anteriormente pleiteada.

É o relatório.

Tendo em vista a colação aos autos do acórdão impugnado na presente

# Superior Tribunal de Justiça

impetração, passo ao exame da medida liminar.

Ao fazê-lo, consigno que a liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso, contudo, a decisão combatida destacou que, "*o magistrado singular, determinou em despacho de fls. 547, a expedição de ofício ao Chefe Especial de Gestão Penitenciária para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar acerca da conclusão do exame solicitado, o que demonstra que a autoridade coatora vem empreendendo os esforços necessários para obter o resultado do referido exame e, por consequência, apreciar a progressão do regime do paciente*" (e-STJ fl. 47).

Não se vislumbra, portanto, ao menos neste juízo perfunctório dos autos, flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da medida de urgência, de maneira que, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo para a elaboração do exame criminológico, o que será realizado por ocasião do julgamento definitivo do presente *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

